

Universidade de São Paulo - USP
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” - ESALQ
LES0237 - Sociedade, Cultura e Natureza 2019

Eugenio Yuki Ito, Josiene de Fátima Dias Souza, Lorenzo Costa Viccino Junior, Marina Vitória Martin,
Priscila Rosana Pinto, Rodrigo de Oliveira Rodrigues, Thaina Lowchinovscy, Vanessa Mayumi Imai
Com contribuições dos grupos e do professor

T6 - A identidade cultural agroalimentar diante da globalização

Este texto foi elaborado com base no artigo de Paulo Eduardo Moruzzi Marques e Susana Inês Bleil (2000). O primeiro autor é formado em engenharia agrônômica pela Universidade de São Paulo (USP), em 1985, concluiu seu mestrado em 1996, voltado para a área de desenvolvimento, agricultura e sociedade na Universidade Federal Rural do Rio Janeiro e seu doutorado em sociologia no Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine em 2002. Ingressou enquanto docente na USP em 2006, tendo realizado sua livre-docência em sociologia em 2014. O foco de seus estudos sociológico se dirige aos temas da agricultura familiar, desenvolvimento rural, alternativas agrícolas, políticas públicas e participação social. Atua na área de ambiente e sociedade do Programa de Pós-Graduação Interunidades (CENA-ESALQ) em Ecologia Aplicada da USP. Susana Inez Bleil é formada em nutrição, tendo realizado mestrado em desenvolvimento, agricultura e sociedade no CPDA/UFRRJ e doutorado na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS). Atualmente, é Maître de conférences de português e civilização do Brasil na Faculdade de Relações Internacionais da Université du Havre, participando também do Grupo de Pesquisa Identidade e Cultura (GRIC).

O ponto de partida para a discussão dos problemas abordados no artigo foi os protestos ocorridos em 12 de agosto de 1999, quando a Confederação Camponesa na França, sob a liderança de José Bové, desmontou uma loja do McDonald's localizada na região de produção do queijo Roquefort. O protesto foi provocado pela imposição pelos Estados Unidos, com apoio da Organização Mundial do Comércio (OMC), de sobretaxas à importação de produtos fabricados na França, notadamente o queijo Roquefort e o patê de *foie gras*¹. Tratava-se de uma represália contra a decisão europeia de embargar a importação de carne bovina americana em razão de do uso de hormônios de aceleração da engorda suspeitos de serem cancerígenos. Para tal, a União Europeia se apoiou em seu princípio de precaução.

De fato, na época, havia um importante debate sobre a segurança alimentar em razão de diferentes crises alimentares, como a propagação da doença da “vaca louca”—encefalopatia espongiforme transmissível (BSE), doença cerebral em bovinos adultos que pode ser transmitida aos seres humanos por carne contaminada— a contaminação por dioxina em frangos e a internação de cinquenta e três crianças por intoxicação com produtos químicos presentes em lotes de Coca-Cola.

Os agricultores franceses da Confederação Camponesa escolheram como alvo uma loja em Millau por se situar em região que simboliza um movimento muito importante pela qualidade agroalimentar, contra a banalização da agricultura, representada pela produção agroalimentar industrializada que homogeneiza os territórios rurais, destrói a agricultura familiar e sepulta os sabores regionais. Com efeito, Millau está no coração do Larzac, região conhecida pela produção do queijo Roquefort, muito apreciado na França e em muitos países. Esse queijo é fabricado com leite de ovelha produzido localmente com regras estritas (como a proibição de uso de alimentos transgênicos). O processo de maturação do queijo é muito específico, dependente do ambiente local (ocorre em grutas com umidade e temperatura estáveis).

Por outro lado, o artigo retrata a história desta entidade sindical, partindo de uma releitura da modernização da agricultura na França. Esta última foi impulsionada pela ação da Juventude Agrícola Católica (JAC), que influenciaram as principais organizações sindicais agrícolas da época com sua filosofia modernizadora e democrática. Segundo Marcel Marloie citado no artigo em foco, este movimento possibilitou que os agricultores franceses pudessem participar, num processo conhecido como de co-gestão da política agrícola, de sua elaboração e aplicação visando antes de tudo assegurar uma autossuficiência alimentar para o país.

Este objetivo estava associado à preocupação com a segurança alimentar no período do pós-guerra. Nesse momento, a França apresentava a maior quantidade de camponeses na Europa. O apoio ao seu fortalecimento ocorria tanto da direita, pois os camponeses representariam estabilidade, diferente de operários industriais revolucionários, quanto da esquerda, que desejava priorizar a exploração familiar no âmbito das políticas agrícolas.

¹ A propósito, convém lembrar que a produção de *foie gras* é motivo de crítica em razão de maus tratos animais pela prática de dieta hipercalórica forçada em patos e gansos. Inclusive em São Paulo, a lei 16.222/2015 proíbe sua comercialização no município.

As mudanças ocorreram graças a um plano de reforma das estruturas que favorecia jovens agricultores considerados aptos à modernização. Para tal intento, estes últimos foram privilegiados para se equiparem e para obter mais terras, disponibilizadas notadamente por um dispositivo de aposentadoria precoce. O estabelecimento de uma “superfície mínima para instalação” de 15,4 ha foi outro importante elemento da política agrícola, impedindo aqueles com pouca terra de acesso aos apoios da política agrícola. Outras medidas completaram o dispositivo modernizador, como aquela destinada à gestão do acesso aos recursos fundiários e a definição do modelo ideal de produção de duas unidades de trabalho-homem, ou UTH. A política agrícola francesa foi ainda reforçada com a criação, em 1963, da Política Agrícola Comum (PAC), no âmbito da Comunidade Econômica Europeia.

Neste quadro, a evolução da agricultura francesa foi fulgurante. A França se tornou então a segunda maior exportadora de produtos agroindustriais do mundo. Porém, como nem tudo são flores, esse crescente desenvolvimento gerou consequências sociais e ecológicas indesejáveis, provocando uma crescente contestação do modelo. Desta maneira, em 1987 nasce Confédération Paysanne, em oposição à principal organização sindical dos agricultores, a Fédération National des Syndicats Paysans (FNSEA). De fato, é possível interpretar que esta última não conseguiu se renovar, mantendo a defesa de uma agricultura moderna produtivista.

Aqui, é oportuno discutir a identidade camponesa da Confédération Paysanne. A defesa de um projeto camponês pode parecer paradoxal na França, na medida em que os camponeses foram vistos pelo estigma do atraso e da ignorância. A força alcançada pelo movimento camponês evidencia um laço que une o presente e o passado francês, permitindo a refundação da identidade camponesa de forma a ajustá-la aos tempos atuais. Assim, trata-se de construir sob um projeto camponês novas atribuições ao agricultor, tal como a tarefa de produzir sem destruir, preservando o meio ambiente, assegurando qualidade dos produtos e melhores condições de vida para toda a sociedade. Desta forma, seriam realizadas três funções da agricultura: a social, a econômica e ambiental.

O artigo apresenta também o perfil de um militante da Confédération Paysanne para caracterizar as orientações desta organização sindical. Trata-se de Jean-Luc Gauvain, criador de vacas normandas leiteiras. O artigo destaca que seu custo de produção é reduzido, tornando um dos melhores produtores em performance econômica, pois emprega racionalmente todas as potencialidades naturais disponíveis. A prioridade é uso máximo das áreas de pastagens. No inverno, o alimento das vacas é o feno, obtido localmente no verão. Estes cuidados permitem que o produto final realce todo seu sabor tradicional. A ação política de Jean-Luc Gauvain se direciona para a valorização da produção sobre bases mais ecológicas. Para este agricultor, a política agrícola comum (PAC) e as políticas territoriais francesas não valorizavam suficientemente as produções que desempenham um papel favorável ao equilíbrio social e à preservação ambiental. A sua ação local é voltada para a maior valorização dos fornecedores de leite para a fabricação do queijo Pont-l'Évêque que produzem de forma mais tradicional e ecológica. Concebendo que a agricultura não pode ser vista como uma máquina industrial de produção, este agricultor considera que a Confédération Paysanne preenche os desejos dos agricultores em relação à representação dos mais marginalizados das políticas agrícolas produtivistas e à construção de uma alternativa viável economicamente para produzir alimentos sãos, saborosos e nutritivos.

Enfim, os autores do artigo estudado sugerem que existe uma aliança entre a defesa da gastronomia e o projeto camponês. De acordo com Poulain (2004), a gastronomia constitui uma estetização da maneira de comer, considerando desde a produção até o consumo do alimento. Na França, a gastronomia é muito valorizada, com uma história longa de edificação de uma alta culinária, que passa pela corte real, mas que se alimenta igualmente da criatividade da cozinha popular e doméstica. Assim, é pertinente considerar que a valorização da qualidade do alimento (considerando diversidade de sabores, origem e cuidados na produção) reforça os princípios defendidos pela Confederação Camponesa, que pode ser associado a uma perspectiva multifuncional da agricultura, na qual o agricultor é responsável pela preservação da paisagem rural, do meio ambiente e da qualidade alimentar.²

² A propósito, as raízes rurais ainda são muito presentes na cultura francesa. Os agricultores são vistos frequentemente como “jardineiros”, responsáveis pela construção da paisagem e pela manutenção da forma de vida rural. Ademais, grande parte da população urbana deseja retornar ao meio rural ou cultivar sua própria horta. Na educação, há preocupação com transmitir os benefícios de uma boa alimentação, o que é direito de todos.

Referências bibliográficas

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo e BLEIL, Susana Inez (2000). A identidade cultural desafia a globalização: o desabafo dos agricultores franceses. **Estudos sociedade e agricultura**, n° 15, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, pp. 158-177.

POULAIN, Jean Pierre (2004). **Sociologias da alimentação**. Florianópolis : Editora da UFSC.